



Nazaré Baptista

Investigadora da Universidade Lusófona do Porto

A FORMAÇÃO CÍVICA E A PREVENÇÃO DAS TOXICODPENDÊNCIAS

Resumo

Pretendemos, no âmbito deste artigo e recorrendo a um enquadramento teórico, reflectir sobre o contributo que a área curricular não disciplinar designada por Formação Cívica pode dar à prevenção das toxicodependências em contexto escolar.

Para isso e numa tentativa de clarificação da pertinência desta reflexão, apelamos a diferentes autores.

Nas conclusões finais reflectimos sobre o papel que a Formação Cívica pode desempenhar na prevenção desta tipologia de comportamentos.

Palavras – chave: Toxicodependência; Formação Cívica; Prevenção; Escola; Alunos.

Abstract

The main goal of this article is to understand the contribution and the importance of Civic Education in the prevention of addiction behaviours. We want to know what measures and strategies can be used at school to preclude certain problems from occurring.

Key-Words: Drug Addiction; Civic Education; Prevention; School; Students.

Introdução

Numa sociedade que desenvolve uma cultura consumista e materialista, onde a aparência suplanta a essência, urge que todos tomemos consciência do fenómeno da toxicodependência face à sua actual dimensão.

O papel das drogas na cultura juvenil é um facto que não deve ser ignorado, pois o seu impacto na sociabilidade escolar tende a aumentar e ganhar demasiada notoriedade, afectando o funcionamento da instituição.

Assiste-se à constante tentativa de explicação do fenómeno por parte das ciências sociais e humanas. Tanto técnicos de saúde, como da educação, pesquisam acerca dos factores que têm vindo a ameaçar o bem-estar das populações, contudo a realidade e o quotidiano mostra-nos que o paradigma explicativo referente ao fenómeno não é capaz de produzir efeitos visíveis e eficazes.

Ainda não se percebeu que a escola pode ajudar a construir soluções preventivas que promovam a resistência à disseminação do fenómeno. Porém, não pode agir como se estivesse ao seu alcance produzir soluções para cada uma das mutações sociais que interagem com o sistema escolar.

A escola pode contribuir para a mudança dos estilos de vida e para a responsabilização pela saúde. No entanto, não estamos a delimitar o território de intervenção unicamente à escola, porque sem a família e a comunidade nada poderá resultar. Devem ser criados consensos e estratégias de intervenção e assim estamos convictos que algo de positivo pode ser feito.

A Educação, no entender de Almeida (2003, p.15) “não é um projecto delimitado no tempo, mas antes um processo intemporal em que todos participamos (...) seja como pais, como professores ou como educadores”.

Referindo-se, ainda à Educação, Alves (2001, p.9) diz que esta “é um caminho, é um percurso. Um caminho que de fora, se nos impõe e o percurso que nele fazemos”.

A prevenção das toxicodependências

A origem do termo prevenção provém do Latim “pre venire”, que significa antecipar, preceder. No entanto não encontramos nestes significados uma visão completa daquilo que hoje em dia se pretende atribuir a este conceito. Ao termo

prevenção parece que está sempre ligada um conceito de impedimento, pois como afirma Sorrentino (1993, p.1), “prevenire puó significare impedire che un evento si manifesti”. Contudo, será sempre importante e fundamental que “ il contesto nel quale quell, evento puo realizzarsi e le condizioni che ne permettono le possibilitá di manifestazione” (Ibidem) sejam tidos em linha de conta. Sem dúvida que sem o conhecimento destes pré-requisitos, a prevenção não poderá ser eficaz. Para prevenir é necessário prever. Qualquer atitude preventiva deve implicar uma competência de observação, de conhecimento da realidade.

O Instituto da Droga e Toxicodependência (IDT) em documento emanado em Novembro de 2006, pelo Departamento de Prevenção, refere que a prevenção consiste num processo activo de implementação de iniciativas tendentes a modificar e melhorar a formação integral e a qualidade de vida dos indivíduos, fomentando competências pessoais e sociais, no sentido da promoção da saúde e bem – estar das populações.

Fala-se também de um conjunto de estratégias que tem como objectivo eliminar ou minorar o aparecimento de problemas relacionados com o uso indevido de substâncias psicoactivas.

Poderemos ainda referir que a prevenção da toxicodependência pode ser entendida “como um processo activo de implementação de iniciativas tendentes a modificar e melhorar a formação integral e a qualidade de vida dos indivíduos, fomentando o auto-controlo individual e a resistência colectiva face à oferta de drogas” Martin (1995, cit. por Moreira 2004, p. 13).

A prevenção das toxicodependências deve ter como destinatários a população, grupos específicos e indivíduos e o domínio deve centrar-se a nível do indivíduo, da família, da escola e da comunidade.

O I.D.T. (2006) fala de prevenção das toxicodependências como mobilizadora de esforços no âmbito da redução da procura através da implementação de programas que conduzam à diminuição dos factores de risco, promovendo os factores de protecção, ligados ao uso e abuso de drogas.

A importância atribuída à prevenção é inquestionável, quando pensamos em combater e minorar os comportamentos de risco.

A partir dos anos 60, percebeu-se a utilidade que as acções comunitárias e preventivas poderiam desempenhar. Até este momento, as acções estavam centradas unicamente no indivíduo e nos problemas já existentes. Dá-se uma mudança e agora a prevenção é vista diferentemente.

Surgem algumas tipologias preventivas, sendo consensual que a prevenção como estratégia deve ser valorizada.

A tipologia mais clássica refere que a prevenção pode apresentar três vertentes: primária; secundária; terciária.

A tipologia mais recente, como é salientado por Gordon (cit. por Moreira, 2004, p.12), refere que “ a prevenção deve ser conceptualizada em termos de prevenção universal (dirigida à população em geral), indicada (dirigida a grupos de indivíduos que se encontrem numa situação de maior risco (...)) e selectiva (destinada a grupos de alto risco)”.

Esta prevenção está baseada em evidência científica, consistindo num processo sistemático através do qual decorrem resultados e ou se produz conhecimento. Deve ser fundamentada pela investigação e por critérios rigorosos que possam demonstrar que as acções produzem efeitos positivos e que os resultados podem ser atribuídos aos projectos de prevenção e não a outros factores (I.D.T. 2006).

Quando se fala em “prevenção universal”, considera-se que todas as pessoas da população partilham o mesmo risco, apesar deste poder variar de indivíduo para indivíduo. O objectivo é deter ou retardar o uso e abuso de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas.

Estes programas incluem, entre outras, as componentes informativas e de desenvolvimento de competências.

A “ prevenção selectiva” dirige-se a grupos específicos da população. Parte-se do princípio que todos os elementos, que os integram, estão em risco, por fazer parte de um segmento com características específicas identificadas como sendo problemáticas. Estes grupos de risco são identificados em função dos diferentes factores a que se encontram expostos, sejam os biológicos, psicológicos, sociais e ambientais que se prendam com o uso e abuso de drogas. Damos como exemplo, filhos de pais toxicodependentes, jovens delinquentes, crianças em instituições, jovens com insucesso e ou abandono escolar.

Estes programas incluem a informação, desenvolvimento de competências e educação afectiva, entre outras.

Finalmente refere-se a “prevenção indicada” que focaliza os indivíduos com comportamentos de risco e que demonstram o uso de substâncias.

Os objectivos dos programas de prevenção são a diminuição do consumo e da duração e manutenção de comportamentos de risco, retardando o início do abuso e da intensidade do consumo. A prevenção indicada é definida pela avaliação do nível de

risco individual, sejam os problemas familiares, a depressão, as tentativas de suicídio, o insucesso/ abandono escolar, os problemas de adaptação familiar e as dinâmicas interpessoais. Esta prevenção inclui, para além de outras componentes, a de informação, desenvolvimento de competências e aconselhamento.

Na verdade estas duas tipologias continuam a não gerar consenso. A clássica prende-se com o momento da evolução da condição em que as estratégias preventivas são implementadas. A outra tipologia referenciada focaliza o tipo de população a que as intervenções preventivas se destinam. A falta de acordo, face à tipologia de prevenção deve-se ao facto da tentativa de conciliação entre as tipologias clássica e a recente. (Moreira, 2004).

Outros autores, como Vettenburg (cit. por Festas, 2002) referem-se à prevenção de carácter punitivo (existe dissuasão pelo medo do castigo); situacional (quando são criadas situações de observação e vigilância que impeçam a ocorrência de comportamentos de risco); prevenção baseada no tratamento (a intervenção faz-se junto dos meios educativos, como por exemplo da família); prevenção social (inclui actividades que se ligam à actuação nas condições e circunstâncias de vida dos grupos de risco).

Qualquer tipo de intervenção a ser utilizada, deve focalizar não só o grupo alvo, mas também todos os sistemas e subsistemas que interagem com ele, seja a família, a escola, a comunidade, estimulando sempre os comportamentos pró- sociais.

A prevenção mais adequada deve passar pela educação do jovem em todas as suas vertentes, desenvolvendo os seus comportamentos sociais e a sua autonomia. Festas (2002, p.12) salienta que “ os objectivos da prevenção se confundem com os objectivos da própria educação. Ao promover o desenvolvimento social e cognitivo, a educação cumpre a sua função, constituindo-se (...) como a melhor forma de prevenção”.

Entendemos que será útil clarificar mais alargadamente a tipologia clássica.

A prevenção primária visa impedir que as pessoas se tornem dependentes de uma ou mais substâncias, através da promoção de estilos de vida saudáveis e de uma informação adequada ao nível etário dos indivíduos (O.M.S.).

A prevenção primária integra um conjunto de acções coordenadas entre os diferentes elementos da sociedade no sentido da promoção da saúde e educação. Deverá ser realizada a partir de programas, medidas e estratégias preventivas que facilitem uma maior comunicação entre as pessoas e as instituições que integrem a comunidade. Para

tal, previamente há que priorizar e despistar as necessidades e os recursos que poderão vir a auxiliar a execução destes projectos.

É fundamental adoptar uma atitude preventiva precoce face a problemáticas diversas tais como os chamados comportamentos de risco e de desajustamento social. Impõe-se uma prática preventiva, assente em dinâmicas interactivas e sistémicas.

O O.E.D.T. refere a importância da prevenção da droga em meio escolar, chamando a atenção para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais que permitam lidar com conflitos e resistir à pressão dos grupos de pares bem como estimular atitudes críticas. Para apoiar esta estratégia é importante educar os jovens e suas famílias sobre a natureza e os perigos referentes ao uso e abuso de drogas.

A necessidade de intervenção no campo das toxicodependências a nível da prevenção primária, deve abranger os vários subsistemas com os quais o jovem interage sejam família, o grupo de pares e o contexto socioeconómico.

Ainda o Observatório Europeu chama a atenção para a necessidade de estabelecer uma distinção entre programas convencionais trabalhados nas salas de aula e actividades preventivas mais genéricas integradas no quotidiano escolar, sendo as últimas as que devem ser tomadas em linha de conta. A “chave do sucesso” passa pelo desenvolvimento de:

- competências pessoais, isto é, a capacidade de tomar decisões e de resolver problemas (coping);
- competências sociais, firmeza, resistência à pressão dos grupos de pares; conhecimentos sobre drogas e consequências do seu consumo;
- atitudes (combate a ideias falsas acerca do consumo de drogas nos grupos de pares).

Na realidade este fenómeno nunca tem uma causa única, mas sim várias incidências causais, daí que a actuação preventiva deva ser feita a vários níveis.

Esta intervenção deve implicar diálogo actuante junto dos subsistemas que pensamos ser privilegiados nas interacções dos jovens. Devem ser criados modelos preventivos que tenham como objectivo fazer o reforço da personalidade e o favorecimento da integração social.

Assim sendo, e em jeito de síntese, poderemos referir certos aspectos que se nos afiguram cruciais, quando nos referimos à prevenção primária:

- Não pode ser associada única e exclusivamente a informação sobre drogas e seus efeitos, deve procurar intervir ao nível dos comportamentos e atitudes.
- As acções a desenvolver nesta área não devem ser pontuais, mas devem integrar-se num continuum temporal que se adapte ao desenvolvimento e aos ciclos de vida dos indivíduos e das suas comunidades de pertença.
- Deve ter em conta as necessidades detectadas, as características dos contextos sociais e de intervenção.
- Deve conhecer os modelos sociológicos vigentes, como por exemplo os valores juvenis, modelos educativos, padrões familiares, entre outros.
- Deve apontar para uma política alargada de desenvolvimento social.
- Deve criar condições para a participação activa de todos os cidadãos dessa comunidade.
- Deve desenvolver, motivar e responsabilizar todos os actores sociais. (Maia, 1997).

Apesar da multiplicidade de estratégias utilizadas na prevenção, ao longo dos anos, a avaliação dos efeitos, deve ser uma preocupação fundamental.

A educação do homem é uma tarefa de extrema importância, tendo sido sempre preocupação de todas as sociedades e no entender de Marques (2003, p.11) “A qualidade da educação é uma questão crucial nas sociedades contemporâneas”.

A educação é fundamental para a formação integral da pessoa e as “ sociedades desenvolvidas gastam (...) riqueza com a educação, tornando-se imperioso que o serviço público que as escolas prestam, resulte numa mais-valia para todos” (Ibidem).

Carneiro (2001, p.51) salienta ainda que “ a educação é apregoada como essencial à política geral: fundamental para a coesão social, para o desenvolvimento económico, para a competitividade sustentável, para o progresso humano, para a construção da paz mundial”.

Na realidade o acto de educar é um processo que se vai renovando e adaptando às circunstâncias concretas da época (Santos, 2005). Cabanas (2002, p.60) refere –se ao acto educativo como sendo “ o exercício concreto da educação”, e fala de educação como “ um processo (ou sùmula de actos educativos encadeados) de aperfeiçoamento (...) no qual se trata de fazer com que um sujeito aceda a níveis superiores na sua existência” (Idem, p.61).

Hoje em dia, assiste-se a uma constante preocupação em mudar e transformar os sistemas educativos e no entender de Canário & Rolo (2001 p.149) “As mutações sofridas pela instituição escolar podem ser sintetizadas numa fórmula breve: a escola passou de um contexto de certezas, para um contexto de promessas, inserindo-se actualmente num contexto de incertezas”.

A escola não gera consensos, questionando-nos muitas vezes relativamente ao papel que deve desempenhar, isto é, educar ou instruir? Contudo, o que se pode concluir, é que instruir não significa unicamente uma transmissão de conhecimentos, mas sim levar os alunos a elaborar os seus modelos de comportamento intelectual e motor, através do estudo das diferentes áreas ministradas na escola, sendo que estas tem como objectivo o desenvolvimento bio- psico-social dos alunos. Segundo Moreno (1989, cit. por Vilar, 1993, p.80) nota-se “ uma tendência para tomar em consideração a dimensão comunitária da escola que, evidentemente, ultrapassado o papel de apenas instruir os membros mais jovens da colectividade, deve assumir-se como uma instituição dinamizadora da educação e do desenvolvimento cultural da sua comunidade”.

A escola deve apresentar-se como “elemento nuclear da mudança e como tal mais influente, por se tratar de uma instituição educativa formal (personalizada) ao serviço da sociedade” Vilar (1993, p.83). A escola deve ser capaz de “potenciar a integração global dos elementos humanos e físicos da colectividade para promover a formação integral e integrada de todos os seus membros” (Ibidem).

Há necessidade de se fazer uma mudança na organização das escolas, mas no entender de Vilar (Idem p.75) “ persiste ainda uma grande resistência às mudanças estruturais nas organizações escolares existentes”. Para além da urgência da implementação destas medidas estruturais, também não podemos deixar de referir que as dinâmicas de aprendizagem devem ser revistas.

Os estudos e investigações feitas e que configuram uma evolução nas metodologias de aprendizagem, explicam-nos que o modelo de relação pedagógica não deve pautar-se unicamente pela transmissão expositiva de conhecimentos do professor versus a passividade do aluno. Pretende-se que haja um trabalho de comunicação e interacção de iniciativas e de actividades desenvolvidas entre educador e educando, tendo em vista atingir a autonomia, que é no entender de Barbot & Camatarri (2001, p.14) “apresentada como fim do processo de formação e como valor, e inserida numa sequência de valores gerais (inserção social, desenvolvimento pessoal, partilha de valores comuns, transmissão do património cultural”.

O aluno será assim o construtor do seu próprio saber, isto é, deve ter sido objecto de uma educação de qualidade, que lhe confere “poder para desenvolver uma personalidade única e independente preocupada com o bem – estar dos outros” Marques (1990, p.30), ficando apto a “aprender a aprender “ ao longo da sua vida.

O professor é possuidor de mais valias, sejam elas, conhecimentos, comportamentos e atitudes, que orientam e fornecem ao aluno instrumentos necessários à sua própria realização e formação integral.

Na realidade, professores e alunos desempenham funções diferentes no acto pedagógico, resultando desequilíbrio. No entanto, o método utilizado deve implicar informação concisa e clara que conduza o aluno a sentir a necessidade de permanecer activo e sentindo que a sua participação é fundamental para a construção do seu próprio saber. Aparece assim, o professor desempenhando um papel fundamental, ele é no dizer de Santos (2005, p.10) “mediador do conhecimento (...) orientador das aprendizagens (...), facilitador do desenvolvimento de competências relacionais e pessoais”, sendo que, como orientador, deve estar atento à diversidade de alunos com quem trabalha, de forma a detectar falhas e dificuldades. O ensino aprendizagem passa a ser no dizer de Coutinho (1998, p.14) “uma articulação necessária entre as iniciativas do aluno e o papel activo do professor que tem como horizonte da sua tarefa, programar, executar, avaliar, orientar e investigar”.

A escola como local de múltiplas aprendizagens desempenha um papel muito importante no desenvolvimento dos jovens. Podemos falar de uma importância crescente, na medida em que o processo educativo tanto pode actuar como elemento motivador ou como desmotivador do aluno. O referido processo pode desenvolvê-lo, estagná-lo ou, mesmo, retardá-lo (Baptista, 1995).

As estruturas do conhecimento têm uma relação directa com a acção do sujeito, daí que também possamos afirmar que o desenvolvimento ocorre através da interacção.

A escola e os agentes educativos deveriam estar conscientes desta realidade e proporcionar ao aluno a possibilidade de discutir em grupo as suas ideias, ajudando-o a verbalizá-las, a clarificá-las e a respeitar o outro na sua dimensão social e íntima. A escola deveria contribuir para a dignificação do ser humano, para o desenvolvimento de valores como a solidariedade, bem como incentivar a criatividade e as capacidades próprias de cada um.

Para atingir estes objectivos é necessária uma reformulação de estratégias, tendo os professores que reflectir sobre as suas práticas. Estas estratégias poderão tornar-se

eficazes se forem constantes e não ocasionais. Constatamos então, que paralelamente a esta estratégia de debate grupal há outra de acção – reflexão. Cabe ao professor orientar o aluno para ocasiões de acção, de experiência e, ao mesmo tempo, proporcionar pausas para reflexão sobre experiências tidas e havidas.

A prevenção secundária tem como objectivo principal o tratamento e acompanhamento dos toxicodependentes e das suas famílias. É importante a motivação do indivíduo e da família para que aquele aceite o tratamento e se empenhe num processo de mudança de vida.

Assim, uma das vias da prevenção secundária, além do tratamento ambulatorio, é o recurso às comunidades terapêuticas, que são comunidades residenciais de estadia prolongada. Aqui os utentes, mediante terapias adequadas, trabalham no sentido de mudarem, não só os hábitos de vida, como também a sua atitude perante eles próprios e os outros.

O toxicodependente apresenta, normalmente, uma baixa auto – estima e grande dificuldade de relacionamento com o mundo que o rodeia. É agressivo e violento quando privado do consumo de droga. Nele, o comportamento prevalece sobre o pensamento. Nunca se põe a si mesmo em causa, os seus conceitos morais são inconsistentes e o prazer imediato ou seja o prazer “aqui e agora”, é a sua divisa.

Finalmente a Prevenção terciária tem como finalidade a reinserção social e profissional daquele que foi alvo de um tratamento de ordem física e psicológica por parte de técnicos preparados para o efeito.

A prevenção terciária é levada a cabo por organizações estatais e de solidariedade social, bem como por uma atitude de aceitação e de esperança que a sociedade pode adoptar, face ao problema. Uma prevenção primária eficaz, pode tornar mais fácil a prevenção terciária.

Concluindo, sublinhamos que, usando qualquer das terminologias referenciadas, o mais importante será percebermos a importância de que se reveste a utilização de políticas preventivas na sociedade. Moreira (2004, p.13) afirma que “ prevenindo-se a droga estar-se-á a prevenir as consequências directas e indirectas: os danos físicos, psicológicos e sociais e o fenómeno de escalada ou seja a passagem do uso/abuso das drogas legais para drogas ilegais”.

Os factores de risco são, no entender de Clayton (1992, cit. por Becona 1999, p.15) “ um atributo ou característica individual, condição situacional e /ou contexto ambiental que aumenta a probabilidade de uso /abuso de drogas”. São igualmente muito vastos e

complexos e não devem ser considerados de forma “linear e directa por se desconhecer a combinação dos factores de risco que levam à toxicodependência” Moreira (2004, p.14). O I.D.T. (2006) refere que “ Quantos mais factores de risco a criança tem na sua vida, maior a probabilidade de vir a desenvolver problemas de consumo de substâncias psicoactivas”.

O fenómeno da toxicodependência é multifactorial. Destaca-se a curiosidade, a procura do prazer, a fuga ao tédio, o pedido de atenção dos pais, professores e amigos, o gosto do risco, o desafio a transgressão (Baptista, 1995).

Contudo, os estudos que se tem vindo a desenvolver, no sentido de perceber este fenómeno, revelam que o papel desempenhado pela família nesta problemática é relevante. Fleming (2001, p.52) chama a atenção para os estudos que “puseram em evidência fortes correlações entre a toxicodependência e variáveis familiares”. A forma como os pais lidam com os filhos e a forma como os educam é muito importante. Nas famílias existem, por vezes, estilos educativos de risco.

Para percebermos e sabermos que estratégias preventivas se deverão usar ao optarmos por uma actuação preventiva, convém conhecer os factores que podem conduzir a esta situação, pois uma intervenção sem consistência pode ser altamente prejudicial. Podem, no entender de Sorrentino (1993) ser atribuídos à substância (efeito e disponibilidade) e ao indivíduo, seja à personalidade, ao ambiente (estrutura e dinâmica familiar, escola, bairro e sociedade).

Baptista (1995) aponta entre outros factores de risco, o ambiente familiar, o alcoolismo ou a farmacodependência do pai, da mãe ou de ambos, as situações de violência física e psicológica, o autoritarismo, a permissividade, as ligações excessivas a um dos membros da família, superprotecção materna ou paterna, a ausência de um dos progenitores (por doença, morte, separação ou excesso de trabalho), a disfunção a nível da comunicação, a crise da adolescência e a morte ou a crise da meia idade nos pais (fracasso conjugal, profissional, menopausa).

Em paralelo com os factores de risco enumerados temos os chamados factores macrossociais. Falamos de mudanças (socioeconómicas e tecnológicas) muito rápidas, das grandes migrações (campo-cidade) que levam ao desenraizamento social e cultural e provocam o choque ou perda de valores e tradições. Acrescentamos as urbanizações anárquicas (bairros dormitórios degradados), a ausência de um associativismo mais organizado que promova a ocupação dos tempos livres, a defesa do anonimato e a dimensão excessiva e desumana das cidades.

No campo da educação também é de referir a democratização do ensino com a implementação de novos programas, a ausência da dimensão afectiva na relação professor – aluno, a competição cada vez mais exacerbada no desporto, nos estudos e na profissão.

Poderíamos também apontar para as crises das religiões e de certas ideologias políticas, a ausência de sentido para a vida, o consumismo, o sensacionalismo dos mass media, a passividade social, bem como o apelo constante às formas mais diversificadas e aliciantes de prazer imediato.

Todos estes factores, ligados a um acesso demasiado fácil a redes internacionais de tráfico de estupefacientes, vulgarizam o consumo.

Se consideramos de grande relevância conhecer os factores de risco, também não deveremos ignorar os factores de protecção, visto que estes são aqueles que podem proteger os indivíduos, reduzindo o impacto do risco ou alterando a maneira como a pessoa lida com o risco. Estes factores promovem comportamentos positivos, saudáveis, de bem-estar e sucesso pessoal (I.D.T. 2006).

Por factor de protecção entende-se “um atributo ou característica individual, condição situacional e /ou contexto ambiental que inibe, reduz ou atenua a probabilidade de uso/abuso de drogas”(Clayton, cit. por Moreira 2004, p.16).

Os factores de risco são múltiplos e conseqüentemente o mesmo pode ser aplicado aos factores protectores. Não existe um único que proporcione imunidade à toxicodependência. Moreira (2004, p.16) afirma que “os efeitos protectores devem-se mais a combinações (...) do que à existência de um ou de outro factor protector específico”.

Da relação entre estes factores resulta o conceito de resiliência que é a “capacidade do indivíduo para uma adaptação bem sucedida, funcionamento positivo ou competências, na presença de uma situação de adversidade, envolvendo múltiplos riscos e ameaças internas e externas ou ainda, a capacidade de recuperação na sequência de uma experiência traumática prolongada” (Soares, cit. por Moreira 2004, p.17).

Rutter (1987) fala em padrões de adaptação e competência que se associam a certos atributos das pessoas, dos ambientes e das situações e que veiculam resistência ao risco. Chamou-lhes factores protectores. Menciona, igualmente, o conceito de resiliência (resistência). É referido como uma característica individual, envolvendo evidências de adaptação pessoal, com sucesso, após a exposição a factores de risco, biológicos ou psicológicos.

É evidente que as políticas preventivas ganharam mais eficácia a partir do momento em que as investigações feitas reconheceram a existência de factores de risco e protecção.

O enfoque das estratégias preventivas deve passar pelo desenvolvimento e anulação dos factores de risco e protecção respectivamente.

Os factores de protecção desenvolvem-se no domínio da comunidade escolar, familiar e individual. Apontam-se, entre outros a autonomia, a responsabilidade, a assertividade, as boas relações familiares, as expectativas de êxito, as competências sociais adquiridas, o envolvimento escolar e comunitário. Segundo Moreira (2004) são fundamentais teorias, conceptualizações dinâmicas que mostrem descrições e explicações capazes de coordenar a prevenção.

Da revisão da literatura feita, concluímos que qualquer intervenção escolar no âmbito da prevenção deve ser feita precocemente e com um carácter de continuidade.

Não há receitas e devemos ser prudentes quanto às expectativas, visto que Kazdin & Buela Casal (2001, p.121) salientam que “a literatura existente não permite que se conclua sobre o melhor lugar e momento para intervir, nem sobre as intervenções alternativas”. No entanto, torna-se consensual que uma intervenção precoce na escola e na família pode alcançar alguma significância na redução do risco como meio de prevenção.

A área curricular não disciplinar de Formação Cívica é um espaço privilegiado para desenvolver programas cujo objectivo principal seja a formação de atitudes negativas face ao uso e abuso de drogas e, por outro lado, promover a educação para a saúde apelando à adopção de estilos de vida saudáveis. Segundo Sanchez (1990, p.20) “se busca que los alumnos valoren la salud como un bien que hay que conservar y promover”. Santos Guerra (2006) introduz o conceito de educação sentimental, a qual inclui a esfera das emoções, das atitudes, do auto conceito, da auto-estima, da sexualidade e das relações interpares. Considera que a informação deve ser rigorosa e real. Os objectivos serão a satisfação das necessidades psicológicas, a aceitação de si próprio, o reconhecimento das próprias emoções e das dos outros, a expressão das emoções, aprender a solucionar conflitos, a aprendizagem da cidadania e desenvolvimento de competências sociais.

Assim sendo, os temas a apresentar e a debater no espaço da Formação Cívica devem proporcionar a aquisição de conhecimentos e a formação de atitudes face à saúde de uma forma individualizada, atendendo às características de cada indivíduo e às suas

vivências. Contudo, a informação, embora necessária para que possa veicular a compreensão, não é suficiente. A informação e a educação são elementos do mesmo continuum (O.M.S., 1991). A informação só será captada se previamente as pessoas forem sensibilizadas e reflectirem sobre valores, crenças e atitudes.

A aprendizagem deve ser feita com base no diálogo, sendo o aluno sempre um sujeito activo no processo, de forma a serem desenvolvidas capacidades argumentativas e assertivas, tentando sempre propiciar o reforço da auto – estima. Contudo deve-se apontar para o desenvolvimento de atitudes que fomentem comportamentos que promovam estilos de vida saudáveis.

A forma como são dadas as informações deve ser objecto de reflexão e ponderação por parte de quem as pretende transmitir, visto que não se pode correr o risco de “aumentar a atracção e a utilização de drogas socialmente reprovadas” Nowlis (1989, p.57). Daí que os professores que abordam esta temática deverão receber formação específica. Sabemos que trabalhar esta área certamente levantará questões complexas e de difícil resolução que só podem ser respondidas por alguém que tenha sido preparado com uma “boa base de conhecimentos e compreensão” (Ibidem).

É fundamental que o professor conheça a realidade dos seus alunos, de forma a introduzir informação que se coadune com as necessidades e vivências e não segundo uma lógica de adulto, atendendo à necessidade de desenvolver técnicas que tornem o jovem mais apto a tomar decisões “cada vez mais fundamentadas e compatíveis com o seu sistema de valores em desenvolvimento”(Idem, p.58).

O enfoque das aulas de Formação Cívica pode ser, à semelhança de alguns programas implementados e já avaliados em diversos países, colocado na educação para a saúde, promovendo “uma abordagem positiva da saúde em geral” Baro et al (1988, p.55), e para a cidadania em particular.

As questões relativas aos valores, capacidade de tomada de decisão, o reforço da auto – estima, a criação de alternativas diferentes de ordem intelectual, cultural entre outras, podem ser trabalhadas nestas aulas, assegurando aos jovens um melhor desenvolvimento e preparando-os para uma participação cívica activa nas suas comunidades de pertença.

Conclusão

A toxicodependência aparece como um fenómeno originado pelo mal-estar social, pelo desemprego, pelas diferentes crises e problemáticas sociais que afectam a nossa sociedade.

A droga aparece como paliativo ou mesmo escape a uma sociedade de competição, que luta com mudanças sistemáticas resultantes de crises profundas. Atrevemo-nos a dizer que a aparência relega para segundo lugar a essência. Os valores são vividos de forma diferente e a sua hierarquia altera-se numa sociedade que busca o prazer imediato e que descuida o cumprimento do dever.

Ao admitirmos a interligação entre os sistemas de ensino e a sociedade temos de compreender que se a toxicodependência é um problema que afecta a sociedade actual, então também será um problema educativo. Caberá logicamente à escola dar uma contribuição de forma, directa ou indirecta, visto que pode servir-se de múltiplos recursos para ajudar a combater este problema social. Ela pode ser fundamental e essencial mas não é suficiente, pois o fenómeno é complexo e está conectado com todos as áreas sociais incluindo a educativa. Habermas (1975) fala em “dimensões patológicas individuais” que é impossível não se associarem à crise da escola, dando como exemplo, o papel que as drogas tem vindo a desempenhar nas culturas juvenis, bem como o impacto na sociabilidade escolar.

Esta revisão bibliográfica permitiu-nos tentar perceber o contributo que a escola e mais especificamente a disciplina de Formação Cívica pode dar na prevenção de comportamentos de risco.

A escola deve contribuir para desenvolver competências nos domínios pessoal e social para que os alunos possam aprender a ser e a intervir. Assim, é fundamental que a escola possa cumprir aquilo que a L.B.S.E. postula, isto é, um manancial de finalidades que visam a formação integral do aluno, sejam a aprendizagem de conteúdos, a aquisição de competências e o desenvolvimento de capacidades e comportamentos.

Em jeito de conclusão podemos afirmar que a escola necessita de trilhar um caminho que conduza ao desenvolvimento de um trabalho continuado e eficaz na área da prevenção, não apontando para pseudo – intervenções, mas sim para políticas concertadas com a comunidade em que está inserida.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, J. (2003). “Formação e Erosão de Saberes nas Sociedades de Informação e de Risco”, in Cruzamento de saberes – aprendizagens sustentáveis. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Alves, R. (2001). *A escola com que sempre sonhei*. Porto: Edições Asa
- Andrade, M. (1995). *Educação para a saúde: guia para professores e educadores*. Lisboa: Texto Editora.
- Antón, D. (1996). *Las drogas: conocer y educar para prevenir*. Madrid: Pirâmide.
- Apple, M.; Beane, J. (org) (2000). “Em defesa das escolas democráticas” in *Escolas democráticas*. Porto: Porto Editora
- Aragão, M. J.; Sacadura, R. (2001). *Guia geral das drogas*. Lisboa: Edições Terramar.
- Baptista, M. N. (1995). *Prevenção das toxicodependências. A importância da escola*. Lisboa: Texto Editora.
- Barbot, M-J; Camatarri, G. (2001). *Autonomia e aprendizagem*. Porto: Rés Editora.
- Baro, J; Casselman, L. et al (1988). *Os professores e a droga*. Colecção: Projecto Vida.
- Becona, E.(1999). *Bases teóricas que sustentan los programas de prevención de drogas*. Plan Nacional sobre Drogas.
- Cabanas, J. M. Q. (2002). *Teoria da educação. Concepção antinómica da educação*. Porto: Edições Asa.
- Canário, R; Rolo, C. (2001). *Escola e exclusão social*. Lisboa: Educa /Instituto de Inovação Educacional.
- Carneiro, R. (2001). *Fundamentos da educação e da aprendizagem*. Lisboa: Colecção F.M.L
- Coutinho, R. (1998). “A contribuição da educação para a Formação da Cidadania”, *Inovação* 11, 161-169.
- Festas, M^a I. (2002). “ O papel da família e da escola na prevenção da delinquência e violência infantis”. In *Eu sou um cidadãozinho. Cadernos Malhoa 3*. Caldas da Rainha: Livraria Nova Galáxia.
- Fleming, M. (2001). *Família e toxicodependência* (3^aed.) Porto: Edições Afrontamento.
- Habermas, J. (1975). *Legitimation crisis*. Boston: Beacon Press.
- I.D.T (Instituto da Droga e Toxicodependência) (2006). “Prevenção baseada em evidência científica”.

- Kazdin, A.; Buela- Casal, G (2001). *Conduta anti-social*. Lisboa: McGraw Hill.
- Maia, A. (1997). “Um desafio à cidade”, In *Colectânea de Textos – Congresso Internacional das Taipas*. (Vol. IX) Lisboa: Córtext, Publicações Técnicas e Científicas.
- Marques, R. (1990). *Educação cívica e desenvolvimento pessoal e social*. Lisboa: Texto Editora.
- Marques, R. (1991). *A direcção de turma. Integração escolar e ligação ao meio*. Lisboa: Texto Editora.
- Marques, R. (2003). *Motivar os professores*. Lisboa: Editorial Presença.
- Moreia, P. (2004). *Para uma prevenção que previna*. (3ªed.) Lisboa: Edições Quarteto.
- Nowlis, H. (1989). *A verdade sobre as drogas*. Lisboa: Edição do Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga.
- O.E.D.T. (Observatório Europeu da Droga e Toxicodependência) (2000). “Relatório Anual sobre a evolução do fenómeno da droga na União Europeia”.
- Patrício, L. (1997). *Face à droga: como (re) agir*. Lisboa: Projecto Vida.
- Perrenoud, P. (2003). *L` école est-elle encore le creuset de la démocratie?* Lyon: Chronique Sociale.
- Rutter, M . (1989). Psychosocial resilience and protective mechanisms. *American Journal of Orthopsychiatry*, 57, 316-331.
- Sánchez Juan (1990). *Drogas y escuela. Una propuesta de intervencion*. Madrid:Dykinson.
- Santos Guerra, M. (2006). *Arqueologia dos sentimentos*. Porto: Edições Asa.
- Santos, M. (2005). *A formação cívica no ensino básico*. Porto: Edições Asa.
- Sorrentino, C. (1993). “Prevenzione primaria”. In *Colectânea de Textos Congresso Internacional das Taipas* (Vol.V). Lisboa: Córtext, Publicações Técnicas e Científicas.
- Vilar, A. M. (1993). *Inovação e mudança*. Porto: Asa
- WHO (1990). *L`alma-ata à l`na 2000. Reflexions à la mi parcours*. Genève: WHO.
- WHO (1991). *Health and safety guide*. Geneva: WHO.

Internet

A prevenção da droga em meio escolar (O.E.D.T.)

http://www.emcdda.org/responses/Themes/prevention_schools_communities_shtml

<http://www.reitox.emcdda.org:8008/eddra>.

<http://www.uwex.edu/ces/pdande/evaluation/evallogicmodel.html>

<http://www.secspt.org/flash/science5types.html>

<http://www.umex.edu/ces/Imcourse/>